

Extensão transformadora: A experiência do projur mulher e diversidade da Universidade de Passo Fundo

Josiane Petry Faria
Universidade de Passo Fundo, Brasil

Palabras claves: Extensão transformadora, Inclusão, Indissociabilidade, Projur mulher diversidade.
Keywords: Transformative Extension; Inclusion; Indissociability; Projur Women and Diversity.

Para citación de este artículo: Petry Faria, J. (2020). Extensão transformadora: a experiência do projur mulher e diversidade da universidade de passo fundo. En Revista Masquedós N° 5, Año 5. Secretaria de Extensión UNICEN. Tandil, Argentina.

Recepción: 26/08/2019 Aceptación final: 03/12/2019

RESUMO

O momento atual de crise econômica no Brasil se reflete fortemente na educação superior, sobretudo na gestão dos projetos e programas de extensão das universidades brasileiras, onde é sentida a pressão, disfarçada de incentivo, para a inovação e criação de produtos. Os cortes orçamentários atingem fortemente a extensão, a exigência de elevada produção científica, analisada quantitativamente e a demanda de maior presença em sala de aula leva ao questionamento: sobreviverá extensão universitária, especialmente nas ciências humanas e sociais? Como hipótese apresenta-se a experiência do Projur Mulher e Diversidade, o qual atua em tanto na prevenção como no enfrentamento à violência, disponibilizando suas habilidades para a transformação individual e cultural. Partindo do objetivo de resolver o problema, a análise crítica leva a necessidade de indissociabilidade e a experiência do Programa de Extensão Projur Mulher e Diversidade se chega à conclusão de que a resposta vem pela resistência dos extensionistas e pela ressignificação da própria extensão, a qual demanda indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, apontando para um modelo que não se basta na crítica, voltando-se para a transformação e inclusão social.

TRANSFORMATIVE UNIVERSITY EXTENSION: THE EXPERIENCE OF PROJUR MULHER AND DIVERSIDADE OF UNIVERSITY OF PASSO FUNDO EXTENSION PROGRAM

ABSTRACT

The current economic crisis in Brazil reflects on the Brazilian higher education, especially in the management of projects and extension programs of Brazilian universities, where pressure, disguised as incentive, is felt for innovation and product creation. Budget cuts first reach the university extension programs, the requirement of high scientific production, quantitatively analysed and the demand for main presence in the classroom leads to the question about the survival of university extension, especially in the human and social sciences. Therefore, critically analysing the extension patterns, the necessity of the indissociability and the experience of Projur Women and Diversity extension program, concludes that the answer comes from the extensionists resistance and the resignification of the extension itself; which demands an indissociability between teaching and research, pointing to a model that isn't only dedicated to critical analysis, but turning to social transformation and social inclusion as well.

1 DA DESIGUALDADE À VIOLÊNCIA: A UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO DE LUTA E PROTEÇÃO

O Brasil, com base no Mapa da Violência (2017), ocupa o quinto lugar, em análise mundial, onde mais se matam mulheres. O Brasil está atrás apenas de Rússia, Guatemala, Colômbia e El Salvador, tem uma taxa de 4,8 mortes por 100.000 mulheres, de acordo com o estudo. Em relatório sobre a situação das mulheres ao redor do mundo, a Lei n. 11.340/06 foi citada pela Organização das Nações Unidas (ONU MULHERES, 2017) como uma das legislações pioneiras e completas na defesa dos direitos das mulheres, o que demonstra a importância de haver mecanismos outros que confluem no mesmo sentido da legislação, pois esta, por si, não tem o condão de modificar o que é arraigado culturalmente.

Em relação à diversidade sexual, com fundamento no informativo do homofobia-mata.wordexpress.com (2018), o Brasil e o país ocidental com maior número de mortes motivadas pela discriminação de orientação, expressão e identidade sexual. Porém, diferentemente do caso das mulheres o país não possui legislação protetiva, mecanismos de enfrentamento e atendimento e com isso possui dificuldade de identificação e catalogação das categorias e subcategorias da violência.

Dessa forma, a implicação de gênero e sexualidade cultural, social ou política, são, antes de tudo, conceitos cunhados em determinado momento e lugar históricos. Entende-se que o significado de algo é a construção de um conceito baseado em signos, significantes e significados, baseado em interesses recortados histórica e culturalmente, determinados pelo poder dominante e, geralmente, objetivando conceder ou solidificar o poder a um dos polos da relação social. Contextualizar a figura das mulheres e das sexualidades na sociedade ocidental por meio de uma breve análise sócio-histórica, na perspectiva do poder, é necessário. “se o gênero são os significados culturais assumidos pelos corpos sexuais, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira” (BUTLER, 2017, p.24).

O silêncio e a invisibilidade marcaram o caminho de opressão às mulheres e à diversidade sexual, primeiramente negada e posteriormente identificada como , anormal, imoral, impondo rejeição e desprezo. As sexualidades foram negadas e, portanto, relegadas a guetos, razão pela qual o espaço público não as acolheu. Socialmente, mulheres e LGBTQs não escolheram onde estar, desenvolveram-se apenas, dentro do espaço que lhes foi permitido dispor. Sobreviveram às sombras do outro, do poder dominante, da maioria política, a qual seleciona os métodos e os sujeitos, os humanos e os menos humanos.

Dessa forma, percebendo a realidade social desigual e excludente, presente no Brasil e como não deixaria de ser, na região norte do Rio Grande do Sul, a Universidade de Passo Fundo, não se calou aos reclamos de sua comunidade e há 15 anos atua para minimizar as desigualdades, por meio do Projur Mulher e Diversidade. O Programa de Extensão desenvolve suas atividades de modo dinâmico e integrado com a pesquisa e o ensino, impactando e multiplicando valores democráticos.

2 DO PROGRAMA DE EXTENSÃO PROJUR MULHER E DIVERSIDADE: A INDISSOCIABILIDADE PARA A TRANSFORMAÇÃO

A Extensão da Universidade de Passo Fundo, inserindo-se no contexto em que os direitos humanos surgiram, ou seja, considerando a necessidade de mudança frente aos problemas do poder, da dominação e da exclusão social não se mostra passiva diante da segmentação das identidades na base do gênero e das sexualidades. O Programa de extensão nasce na Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo em agosto de 2004, a partir de iniciativa da própria Faculdade em conjunto com a Divisão de Extensão. Na época recebeu o nome de Projur Mulher e a incumbência de oferecer acompanhamento jurídico-processual à mulheres em situação de violência e filhos que estivessem acolhidos na Casa da Mulher, espaço de acolhimento e passagem mantido pelo município de Passo Fundo.

Em 2004 a violência contra a mulher não ganhava visibilidade e a Lei 11.340/2006, conhecida por Lei Maria da Penha não existia. Assim, o então projeto de extensão, surge em meio a um movimento de esforços coletivos, da Delegacia de Polícia Especializada no atendimento à Mulher, das Promotoras Legais Populares, da Universidade de Passo Fundo, da Prefeitura Municipal, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Comissão de Direitos Humanos entre outras entidades.

No ano seguinte a Faculdade de Direito propõe a associação de medidas de prevenção à violência e para tanto se vincula aos 39 grupos de mulheres da Cáritas Diocesana e cria o Projur Mulher Cidadã, para desenvolvimento de atividades de informação e orientação a respeito de direitos e garantias. Em 2006, com a publicação da Lei Maria da Penha o projeto ganha o subtítulo de atendimento jurídico a mulheres em situação de violência doméstica e familiar e filhos, porém permanece atendendo exclusivamente a demanda da Casa da Mulher que passa a se chamar Casa da Mulher Maria da Penha. Na sequência, recebe o Curso de Artes Visuais e as oficinas de arte-terapia passam a integrar as atividades desenvolvidas, de modo que as práticas ocorrem na Casa da Mulher, bem como na sede do Projur e eventos e atividades na comunidade.

O ano 2010 marca intensa mudança, o projeto incorpora o Projur Mulher Cidadã como uma de suas ações permanentes e amplia o público e o espectro de violência a cuidar, isto

é, passa a atender toda mulher que tenha passado por situação de violência de gênero, seja ela doméstica e/ou familiar ou não. A demanda cresce exponencialmente, o número de atendimentos diretos e indiretos também, para tanto o projeto passa a contar com os bolsistas Paidex da UPF, ou seja, acadêmicas e acadêmicos bolsistas da extensão. Em 2016 o projeto ganha reforço de alunas do Ensino Médio da UPF, as bolsistas Paidex Júnior e também mestrandas do programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito. Passa-se a contar então com ensino médio, graduação e pós-graduação *stricto sensu*.

Em 2017 o projeto inaugura atividades nos campi de Soledade e Sarandi, nos mesmos moldes de Passo Fundo, atuando em conjunto com a comunidade e o poder público, especialmente o apoio da OAB com a presença marcante das comissões da mulher advogada, o mesmo ocorrendo em Passo Fundo.

Nesse mesmo ano, a Vice-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários articula o grupo Diversidades, o qual congrega diversos cursos e pessoas interessadas e envolvidas em promover a igualdade na sociedade, discutindo e planejando ações e projetos para a reflexão, inclusão e atuação democrática. Veja-se que esse grupo trata de temáticas como diversidade de raça, de classe, de sexualidade, ainda em fase embrionária, mas preparando sua trajetória. O Projur, como parte do grupo, se propõe a começar e nesse intuito passa a atender a diversidade sexual, incorporando mais uma demanda e ampliando, mais uma vez, seus objetivos e finalidades passando a se chamar Projur Mulher e Diversidade. Desde então atende todas as situações jurídicas decorrentes da discriminação sexual, sejam elas cíveis ou criminais.

Tendo em vista que os casos de violência são cada vez mais desvelados e as estatísticas demonstram que a desigualdade de gênero, o preconceito e a discriminação ocupam o espaço da liberdade e da igualdade, o projeto em 2018 adquire o status de programa a demonstrar que a demanda não diminui e as múltiplas ações devem ocorrer em planejamento a médio e longo prazo. Ao longo desse período alguns projetos de pesquisa foram desenvolvidos para entender e atender melhor as temáticas centrais do projeto, ora Programa. Entretanto, em 2016 o mestrado em direito da UPF hospeda o grupo de pesquisa Dimensões do poder, gênero e diversidade, intercambiando saberes, metodologias e boas práticas.

As investigações ganham o fôlego das dissertações, as quais repercutem em monografias de conclusão de curso, resumos e artigos apresentados em seminários nacionais e internacionais, revistas científicas e coletâneas de capítulos. Permeiam e são permeadas pelas angústias e vivências da comunidade, pesquisas científicas e práticas de intervenção dialogada de outros recantos. A transversalidade ganha contornos mais específicos e metodologias organizadas para serem replicadas nas mais diversas disciplinas que compõem o currículo do Curso de Direito.

Nessa linha, constatou-se a necessidade de atuar, por meio da extensão para a promoção do reconhecimento da diferença no território. Em 2018 atende 2.340 pessoas indiretamente, por meio de ações de prevenção à violência, nas quais se leva informação e conhecimento acerca de direitos humanos, direitos e garantias individuais, mecânicas de acolhimento e proteção. Atende também mais 1.238 pessoas diretamente, atuando no acompanhamento jurídico-processual de suas clientes e de seus clientes.

O reconhecimento da vulnerabilidade decorrente da discriminação leva a necessidade de procedimentos de redistribuição de poder. (BUTLER, 2017) Não torna a sociedade

discriminatória, mas diferenciada na medida em que trata desigualmente seus desiguais, a partir dos ditames do discurso democrático e fundadas nos valores dos direitos humanos. A desigualdade decorrente da discriminação sobre as sexualidades e sobre o gênero tem raízes profundas e se reproduz todos os dias. Ao intentar a transposição do poder nas relações, se pretende que haja equidade na vida prática das pessoas. Para isso, é necessário um conjunto de esforços a curto, médio e longo prazo. Esforços políticos, econômicos e educacionais a fim de cessar a submissão de um gênero a outro.

3 O VÉRTICE ENSINO, EXTENSÃO E PESQUISA NA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO: A FORÇA PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A vida implica em construções e desconstruções. As dificuldades e os temores bem como a esperança e o entusiasmo do começar de novo. Nessa busca de recomeçar e fazê-lo novo que se dá a formação e a qualificação acadêmica pelos desejos da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na Universidade de Passo Fundo, de natureza comunitária, completa em 2019 seus 51 anos sediada na região norte do Rio Grande do Sul.

No processo de interação com a sociedade, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, renova seu compromisso social ao propor no Projeto Pedagógico Institucional “produzir e difundir conhecimentos que promovam a melhoria da qualidade de vida e formar cidadãos competentes, com postura crítica, ética e humanista, preparados para atuarem como agentes de transformação.” (PPI 2015, p. 26) Percebe-se, portanto, a missão da universidade de modificar as pessoas e, com isso o território em que vivem, sem jamais olvidar os princípios da ética e a percepção de mundo humanista.

A construção e desenvolvimento dessa missão no caso da UPF está alicerçada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que se retroalimentam e se manifestam positivamente na qualidade da formação acadêmico-científica, profissional, ética e política. Essa perspectiva integral dos processos de ensino-aprendizagem promovem a adequada relação entre teoria e prática prevista no Projeto pedagógico do Curso (PPC) da Faculdade de Direito. Dessa forma, são fundamentais para a construção do plano de trabalho a avaliação sistemática e o diálogo constante entre essas três vertentes e as demandas da comunidade, conforme prevê o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016.

Considerando imprescindível a atuação docente nos três níveis que a Faculdade de Direito ora possui, quais sejam, de graduação, pós-graduação e mestrado, todas as atividades de ensino estarão focalizadas na ampliação do conhecimento. Vale-se de diversas metodologias disponíveis sempre no intuito da formação ético-profissional integral e crítica, desenvolvendo e qualificando nas alunas e nos alunos os potenciais de análise descritiva e crítica dos fenômenos e partir da literatura sugerida e, principalmente, pela atuação em programas de extensão e projetos de pesquisa. Trabalha as metodologias de ensino, sem jamais dissociá-las da pesquisa e da extensão, de forma dinâmica e participativa. Considera a atividade docente como meio e não como fim para receber a informação e transformá-la em conhecimento.

A pesquisa ocorre por meio de projetos de pesquisa institucionalizados na Universidade de Passo Fundo, em conexão com a linha temática a qual a docente está vinculada, bem como aos propósitos do Programa de Pós-graduação em Direito, os interesses do PPC do curso e ainda aos objetivos institucionais. A orientação de trabalhos é parte fundamental

das atividades, sendo imperioso se dê também na graduação, na especialização e no mestrado. Neste caso, o Projur Mulher e Diversidade está vinculado ao projeto de pesquisa já mencionado e recebe como bolsistas, tanto da escola de ensino médio integrado, como da graduação e pós-graduação, intercâmbio de saberes, experiências e vivências, o qual viabiliza o reconhecimento a representatividade.

Fechando os três pontos da indissociabilidade está a extensão universitária que responde pela interação da Universidade na comunidade na qual está inserida, identificando e recebendo demandas, assim como devolvendo os resultados obtidos do trabalho de ensino e de pesquisa. A extensão faz a Universidade real, social, viva!

Na UPF, e o Projur demonstra isso, não se objetiva lucrar financeiramente, criar patentes e oferecer produtos. O centro de radiação são as pessoas, é a comunidade. Porém, esta comunidade não é tratada como carente merecedora de práticas assistencialistas, as quais mantêm a submissão. Não se contenta com o espaço de crítica, embora reconheça que a denúncia é imprescindível para romper as amarras da opressão e da discriminação. Entretanto, objetiva mais, realiza mais, melhor dizendo, trabalha para transformar. Se comunica e interage com a pesquisa e com a extensão para desenvolver mecanismos e estratégias de maior impacto, sem perder a sensibilidade, sem forçar sua presença. Leva informação e oferece meios para a construção do conhecimento crítico, favorecendo a emancipação, a qual mostra os caminhos da transformação social. Não espera por leis e políticas públicas, ouve a comunidade e constrói com ela as estratégias de modificação e proteção contra a dominação excludente.

A partir desse panorama se rememora que os direitos humanos na perspectiva de uma construção sociocultural, nasceram pelo reconhecimento da necessidade de respeito aos direitos e garantias individuais, oponíveis aos próprios sujeitos e também ao Estado. Desse modo, as mulheres e a população LGBT, especialmente na condição de privação de liberdade, sofrem dupla violação. Na condição de vulneráveis se tornam super vulneráveis no encarceramento, pois alvo de discriminação e exclusão social e invisibilidade e desrespeito do Estado na prisão. “Se uma vida não é tratada como se sua perda fosse terrível, então sua perda já está incorporada na noção de vida. É por isso que uma vida tem de ser considerada primeiramente como digna de luto para ser tratada plenamente como vida.” (BUTLER, 2017, p. 44)

O desequilíbrio nas relações de poder e a imposição da heteronormatividade pelo poder dominante do mercado, constituem-se em elementos mantenedores da desigualdade, a qual fragmenta, exclui e oprime os vulneráveis. A violência poderia, ao menos, ser reduzida se normas socialmente construídas não fixassem um lugar para a sexualidade das mulheres associada às ideais de recato, privacidade e falta de direito ao prazer. Quanto à diversidade sexual, a violência poderia ser drasticamente minimizada se o padrão heterossexual não se impusesse como o único normal, moral e digno. A balança do poder está em flagrante desequilíbrio, pende para o lado mais fraco, dos vulneráveis, fora do enquadramento patriarcal e heteronormativo. Há de se refletir e pensar em políticas públicas que transformem as relações de poder com vistas a um reequilíbrio de respeito às diferenças, pois onde existe poder, existe resistência. (FOUCAULT, 2014)

Não pode se falar de garantia universal de direitos enquanto qualquer ser humano, de qualquer raça, gênero, identificação sexual, etnia, religião, se não tiver direitos básicos e mínimos para sua subsistência garantidos e respeitados. E para modificar essa realidade,

são necessários recursos materiais, humanos e financeiros, mas um árduo e demorado trajeto de desconstrução dos mecanismos socioculturais e políticos que mantém as desigualdades e as hierarquias de poder entre os gêneros.

4 CONCLUSÃO

A construção e manutenção social dos estereótipos de gênero e da estrutura binária, levaram à manutenção da exclusão e da desigualdade. Os ditames heteropatriarcais mantidos, sobre as estruturas capitalistas da opressão e exploração, constitui-se em modo de dominação de classe e mostra-se como um imaginário social naturalizado nas interações da sociedade. Desse sistema excludente resultam diferentes situações de violência em que as mulheres e a diversidade sexual são submetidas.

Diante disso, a mesma solidez do poder econômico dominante e mantenedor da discriminação e da exclusão sustenta a fragmentação do conhecimento acadêmico e professa a necessidade de inovação e produtos traduzidos em lucro. Afora isso abre-se espaço para um mar de incertezas, onde o humano e a natureza não são protagonistas de projetos e estudos.

Concomitantemente, surge e se fortalece a resistência da universidade com a aliança entre ensino-pesquisa-extensão, ou seja, a indissociabilidade contra a omissão. Essa liga revela-se como agente de transformação sociocultural, ao não permitir que o sistema violador de direitos e garantias fundamentais, reforce e formalize, por meio da legislação, a invisibilidade de mulheres e da população LGBT. A transformação começa pela visibilidade dos problemas, apresentação dos temas tanto em seara judicial como social, investigação científica para fundamentar a necessidade de aproximação entre teoria e prática dos direitos humanos e ainda, na multiplicação dessas ideias na formação acadêmica crítica e cidadã. As profissionais e os profissionais estão chegando ao trabalho, a comunidade está ciente dessa proteção e conhecimento, enfim a trajetória já começou.

Desse modo, os 15 anos da trajetória do Projur Mulher e Diversidade demonstram que a Extensão não se resume a uma escolha entre assistencialismo, inovação e crítica. Pode e deve ser mais, muito mais, isto é, agente de transformação social, atuando de modo horizontal e estabelecendo as alianças com o ensino e a pesquisa, atuando na formação cidadã e democrática desde o ensino médio até a pós-graduação *stricto sensu*.

REFERÊNCIAS

BBC Brasil. ONU cita Lei Maria da Penha como pioneira na defesa da mulher. (2011). Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/07/110706_onu_mulher_relatorio_rp.shtm. Acesso em 19 set. 2017

BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. Lei n. 7.210/1984. Lei de Execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_. Acesso em 21 out. 2017.

Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as

Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em 21 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-dez-08/brasil-maior-populacao-carceraria-mundo-726-mil-presos>. Acesso em 08 jan. 2018.

BUTLER, Judith. Alianças queer e política anti-guerras. Bagoas-Estudos gays: gênero e sexualidades, Natal, v. 11, n. 16, p. 29-49, 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. (CNJ) Relatório Carcerário 2017. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80853-populacao-carceraria-feminina-aumentou-567-em-15-anos-no-brasil>. Acesso em 02 de janeiro de 2018.

FOUCAULT, Michel. A história da sexualidade I: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Mapa da Violência 2015 – Homicídios de mulheres no Brasil. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL. Universidade de Passo Fundo, 2016. www.upf.br

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL. (PPI) Universidade de Passo Fundo. 2015. www.upf.br

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO. (PPC) Universidade de Passo Fundo. 2016. www.upf.br

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (ONU) Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm>. Acesso em 21 set. 2017.

1) Neste ponto, considerando o objetivo do artigo, bem como a limitação espacial para desenvolver o tema, se optou por descrever a historiografia do Programa Projur Mulher e Diversidade apenas, porém em outra oportunidade será valioso falar sobre a história da extensão na Universidade de Passo Fundo.